

**TERRITÓRIO SUDOESTE PAULISTA: ENTRE CONFLITOS,
RELAÇÕES DE PODER E IDENTIDADES – NOTAS DE UMA PESQUISA**
SOUTHEAST PAULIST TERRITORY: BETWEEN CONFLICTS, POWER RELATIONS
AND IDENTITIES - NOTES FROM A SEARCH

109

Wolney F Antunes Junior

wolney.antunes@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos

São Carlos- São Paulo - Brasil

Submetido em 31 de julho de 2019

Aceito em 11 de outubro de 2019

Resumo

A importância deste relato de experiência ganha tamanho e notoriedade quando - em meio a coleta de dados para uma pesquisa de mestrado sobre políticas públicas de desenvolvimento territorial e seus arranjos institucionais – vem à tona uma série de elementos que estruturam o entendimento dos territórios, que são os seus conflitos agrários, as relações de poder e as identidades. Neste caso, são questões referentes ao território Sudoeste Paulista, que se situa entre o Norte Pioneiro do Paraná e o Vale do Ribeira. O objetivo deste texto é apresentar (e propor reflexões) sobre os elementos que moldam a dinâmica territorial do Sudoeste Paulista, especificamente, a partir dos casos ilustrados pelos municípios de Riversul, Itaberá, Ribeirão Branco e Ribeirão Grande. Com as discussões aqui propostas, que são fundamentadas na abordagem territorial, espera-se contribuir, mesmo que sumariamente, com o debate acerca da questão agrária brasileira, o qual, longe de estar totalmente superado, não pode se restringir apenas às novas áreas de expansão da fronteira agrícola.

Palavras-chave: Abordagem territorial; conflitos do campo; questão agrária; Estado de São Paulo

Keywords: Territorial approach; field conflicts; agrarian issue; São Paulo State

1) Contextualização

As percepções, experiências e análises que emergem deste relato são resultados de um percurso investigativo ambientado no Sudoeste Paulista, um território – como já adiantado em

sua denominação – localizado no sudoeste do estado de São Paulo, entre o Norte Pioneiro do Paraná e o Vale do Ribeira. Tal percurso se deu para uma pesquisa de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal de São Carlos, campus de Araras) em que o objetivo foi estudar os programas de políticas públicas de desenvolvimento territorial, implementados pelo governo federal (2003-2016), que, neste território, foram discutidos, articulados e materializados através do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) do Sudoeste Paulista.

Para além das questões inerentes ao escopo da dissertação, as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, com os diferentes atores sociais deste território, possibilitaram identificar uma série de conflitos, relações de poder e identidades – elementos estruturantes nas análises territoriais (SAQUET, 2009) – que carregam consigo a necessidade de serem abordados e explorados em um texto analítico-reflexivo. Deste modo, o objetivo deste relato de experiência é apresentar (e propor reflexões) sobre os elementos que moldam a dinâmica territorial do Sudoeste Paulista. Especificamente, a partir dos casos ilustrados pelos municípios de Riversul, Itaberá, Ribeirão Branco e Ribeirão Grande. Portanto, as discussões deste texto serão em cima de informações e observações coletadas durante as atividades de campo da pesquisa de mestrado.

Com as discussões aqui propostas, que são fundamentadas na abordagem territorial, espera-se contribuir, mesmo que sumariamente, com o debate acerca da questão agrária brasileira, o qual, longe de estar totalmente superado, não pode se restringir apenas às novas áreas de expansão da fronteira agrícola. Para isso, as reflexões estão divididas em quatro seções: 1) esta primeira, que faz a *contextualização* da pesquisa; 2) a segunda, com uma *breve caracterização do território* e o apontamento dos principais vetores da historicidade do Sudoeste Paulista; 3) a discussão da *dinâmica territorial e seus elementos*, que se subdivide entre os casos já mencionados; e, por fim, 4) as *considerações finais*.

2) Breve caracterização do território

O primeiro passo ao se iniciar uma discussão sobre o território Sudoeste Paulista é ter clareza que o seu desenho permeia as Regiões Geográficas Imediatas de Itapeva, Itapetininga,

Avaré e Piraju (estipuladas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), a 16ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, aos extintos territórios dos programas federais, tais como os Territórios Rurais e da Cidadania, além de outras conformações que podem variar de acordo com as perspectivas históricas, geográficas e políticas dos atores e organizações que se propõem a construir narrativas acerca do território. Essas variações, no entanto, pouco interferem na compreensão da sua essência territorial, afinal, ela se dá a partir dos seus atores, das suas relações e dos seus conflitos, sob uma dinâmica de circulação de bens, pessoas e de comunicações (SAQUET, 2007). Neste momento, é importante frisar que os conceitos de território e de espaço geográfico são distintos, porém, complementares, isto é, um está no outro (SAQUET, 2009). Logo, quando os territórios são referidos neste texto enquanto desenhos, estão sendo considerados os processos de apropriação destes espaços geográficos mediante relações de poder, em redes e de identidades (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2007).

Numa perspectiva histórica, a trajetória de desenvolvimento do Sudoeste Paulista pode ser pautada por vetores. O primeiro, e de grande importância, é o fato de o território ter feito parte das rotas de tropeiros (a partir da segunda metade do século XVIII) que ligavam o extremo sul do Brasil colônia à São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os tropeiros, que forneciam muares e gado *vacum* para as regiões supracitadas, encontravam nos campos do Sudoeste Paulista um interessante local para repouso e internada dos animais. A partir destas paradas, as primeiras vilas (e depois cidades) foram surgindo, conferindo ao território uma certa tradição na atividade pecuária conjunta ao cultivo de milho (CORRÊA, 2013; PETRONE, 1973; FACHINI; MARIUZZO; MUNDET-CERDAN, 2018). O fato de o Sudoeste Paulista estar abaixo do trópico de Capricórnio, portanto de clima frio e impróprio para as principais culturas coloniais do Brasil (cana-de-açúcar e café), fez com que o território não ingressasse nestes ciclos econômicos. Isso, de certo modo, diferencia e distancia a sua trajetória de desenvolvimento ao ser comparada com as outras regiões paulistas, fazendo do Sudoeste Paulista um território relegado em termos de investimentos públicos e, também, privados (CORRÊA, 2013).

A partir da Lei de Terras, em 1850, que é aqui considerado o segundo grande vetor, os interesses sobre este território mudaram. Uma vez que as suas terras se tornaram mercadorias,

passíveis de compra e venda, se dá neste território uma ocupação desordenada, através de grilagem, investida sobretudo por grandes fazendeiros e comerciantes. Paralelamente, as matas e sertões foram ocupados por famílias agricultoras oriundas de outras localidades, como Minas Gerais e Vale do Paraíba (CORRÊA, 2013). Este desordenamento reproduz, na atualidade, demandas por regularização fundiária e uma série de conflitos agrários entre grileiros, posseiros e trabalhadores rurais sem-terra (PORTO, 2014; REIS, 2013; MATHEUS; FELICIANO, 2018).

Após esses dois primeiros momentos, que acarretaram numa estrutura persistente de concentração fundiária e de riquezas, podem ser apontados diversos outros vetores que ocorreram de maneira simultânea, em transição, e que variavam de intensidade. Entre eles: a chegada da Ferrovia, em 1909; a lei de revisão agrária e projetos de colonização, nos anos 1940 e 1950; o início das atividades de mineração; a territorialização do agronegócio (sojicultura e silvicultura); o estabelecimento de assentamentos rurais (reforma agrária e crédito fundiário); e outros que podem ser aprofundados a partir das leituras de Bombardi (2005), Almeida (2011), Corrêa (2013), Reis (2013); Marques (2014), Matheus (2016) e Matheus e Feliciano (2018).

Esses diferentes momentos, ao serem combinados, nos leva ao entendimento da atual feição do Sudoeste Paulista, um território complexo e multifacetado, onde coexistem as atividades de silvicultura e mineração, as unidades de agricultura familiar, camponesa e tradicional, pastagens, grandes e modernas lavouras, serrarias, agroindústrias, e indústrias de papel e celulose, em um contexto de resquícios de biomas naturais (parques de mata atlântica, cerrado e mata de araucárias), formações rochosas, morros e importantes cursos fluviais.

3) Dinâmica territorial e seus elementos

Entre os municípios que compõem o território Sudoeste Paulista existem os fatores que dão coesão territorial e os que conferem particularidades. Durante a coleta de dados da pesquisa de mestrado - etapa que instigou este relato - isso ficou evidente. Dependendo do lugar, mudavam os sotaques, as articulações políticas, as representações sociais, bem como se acentuavam as contradições. São diferenças que se expressam, por exemplo, na maneira como alguns municípios são denominados. Os municípios mais próximos à divisa com o Paraná,

referidos nas entrevistas como “aquele cantinho”, se diferem daqueles que estão na transição com o Vale do Ribeira, mencionados como “aquele fundão”. Ribeirão Grande, Ribeirão Branco e Guapiara, que compartilham do relevo íngreme e acidentado do Alto Vale do Ribeira, formam entre seus morros verdadeiros “fundões”. Já Riversul, Barão de Antonina e Itaporanga, que dentro do colegiado territorial (CONSAD Sudoeste Paulista) exerciam menor poder político, estão realmente no “canto”.

A coesão territorial se dá pela dinâmica construída entorno dos e pelos atores locais que convivem e transitam entre municípios de, relativamente, características produtivas comuns e essencialmente rurais. A circulação de pessoas se dá, principalmente, na busca por serviços de saúde, educação (superior e técnica) e de comercialização. Essas circulações se tornam visíveis e notáveis pelas linhas intermunicipais de ônibus, que conectam os diferentes pontos do território com o seu o principal centro urbano microrregional, que é o município de Itapeva.

No Sudoeste Paulista existe uma identidade visualizada nas festividades (sobretudo de origem na igreja católica), nas comidas típicas (a base de milho e carne de porco), nas expressões populares de linguagem (como o “xé!”, que é uma expressão usada para enfatizar o sentido de negação de uma frase) e na própria paisagem, como já mencionada na seção anterior. Entretanto, essa identidade tem um aproveitamento ainda incipiente no que se refere à construção de estratégias de desenvolvimento territorial, por exemplo, no ecoturismo e turismo rural, na gastronomia, na agroindustrialização, etc. De acordo com a fala de um dos atores locais, a dificuldade na identificação de elementos identitários, bem como no fortalecimento de seu uso, pode ter explicações históricas: “A cultura do tropeiro é, ainda, muito forte. E o tropeiro, por estar sempre rodando e de passagem, tem essa dificuldade em criar raízes e construir sua identidade” (F.F; Pesquisa de campo, 2019).

Fotografia 1: Senhores conversando pela manhã, municípios de Buri e Ribeirão Grande.



Foto: Antunes Junior, 2019.

Se, por um lado, a identidade territorial do Sudoeste Paulista ainda tem uma vasta trajetória a ser explorada, por outro lado, os conflitos e as relações de poder são mais perceptíveis, afinal, eles ocorrem a todo momento e impactam diretamente a vida dos agentes locais. A fim de elucidar essas questões e para melhor compreender a dinâmica territorial serão apresentados, a seguir, os casos de Riversul, Itaberá, Ribeirão Branco e Ribeirão Grande.

O caso de Riversul

A ida para Riversul (para a realização de entrevistas) foi poucos dias após ocorrer, na mesma cidade, um atentado contra trabalhadores rurais sem terra¹. O pai do então prefeito de Riversul, que é posseiro em terras públicas reivindicadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para a formação de um assentamento, tentou, sem êxito, atirar com arma de fogo em um dos agricultores do acampamento, estes que já estão há mais de 10 anos em

¹CARVALHO, I. Falha em arma evita assassinato de integrantes do MST em fazenda no interior de SP. **Brasil de Fato**. Maio: 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/20/falha-em-arma-impede-assassinato-de-integrantes-do-mst-em-fazenda-no-interior-de-sp/>>

ocupação. O município estava, portanto, em clima de tensão. Casos como esses, no entanto, não são incomuns. Os conflitos agrários, bem como demais embates decorrentes de atuações políticas, fazem parte da trajetória de Riversul. Entre os exemplos comentados, há o caso em que funcionários municipais, a mando de um grupo político recém-eleito para o executivo municipal, atearam fogo em documentos referentes a projetos e demandas de trabalhadores rurais e da agricultura familiar, em via pública e como um ato simbólico: “Destruíram tudo, colocaram [os documentos] no meio da rua e tacaram fogo. Foi uma mensagem” (A.C; Pesquisa de campo, 2019).

Riversul é conhecida, no território, pela expressiva emigração dos seus munícipes. De 1980 a 2018, a população baixou de 12 mil habitantes para 5,6 mil (segundo sequência histórica do IBGE), fazendo com que fosse chamada, popularmente, de cidade fantasma: “Muita gente saiu daqui. Muitos, inclusive, foram para Campina do Monte Alegre [também município do Sudoeste Paulista]” (A.C; Pesquisa de campo, 2019). A população, além de se reduzir pela metade, se encontra quase em sua totalidade no meio urbano. Isso, inclusive, se configura como um dos grandes desafios para os agentes locais de assistência social, uma vez que, de acordo com os mesmos, as ofertas de trabalho são escassas: “Nossa articulação é pra trazer algumas oficinas e pequenas fábricas pro município, mas é difícil. Pessoal aqui não tem emprego” (A.C; Pesquisa de campo, 2019). Esse êxodo foi decorrente de endividamentos em massa de agricultores familiares locais que, ao não terem o retorno esperado dos investimentos feitos nas lavouras de feijão, tiveram que vender e deixar suas terras. E é durante esse processo (ao comprar grandes extensões de terras) que o grupo Bergamini se consolidou enquanto maior força política e econômica desta parte do território, que inclui parte dos municípios de Barão de Antonina, Itaporanga e Itararé.

O grupo Bergamini, que inicialmente atuava na capital paulista no setor de supermercados, passou a ser um dos maiores detentores de terras em Riversul e imediações, e a investir em fazendas de gado de corte, em reflorestamento e em cultura de grãos. Uma vez que o gado é abatido e beneficiado fora do território, e pela silvicultura e monocultura de grãos serem atividades que geram pouca oferta de emprego, a concentração fundiária e a dominação

produtiva promovida pelo grupo Bergamini pouco contribuiu para os municípios, sobretudo no que diz respeito a arrecadação de impostos: “Nossa briga foi para que, pelo menos, os caminhões do Bergamini tivessem suas placas registradas em Riversul²” (A.C; Pesquisa de campo, 2019).

Como bem apontam Matheus e Feliciano (2018), o grupo Bergamini possui interesse na criação de gado sob as mesmas terras públicas ocupadas pelo MST e, por isso, exerce pressões e ameaças sobre as famílias acampadas. Devido ao grupo ser detentor de grandes extensões fundiárias, inclusive das áreas que circundam as terras em disputas, seus representantes bloqueiam todos os acessos do acampamento à parte urbana de Riversul, onde se encontram os principais serviços de saúde e educação.

O caso de Itaberá

O caso de Itaberá será conduzido sob uma outra perspectiva: a da criação de resistências e contrapontos à hegemonia do território. A hegemonia, como foi adiantada nas seções anteriores, se trata da territorialização do agronegócio no Sudoeste Paulista (MATHEUS, 2016), que é conduzida pelo avanço da silvicultura de pinus e eucalipto, e, principalmente, da sojicultura, que faz do território um dos maiores produtores deste grão no estado de São Paulo. Juntamente com a monocultura, seja ela de soja ou madeira, se instalam as agroindústrias e as lojas de insumos, que oferecem as mudas, sementes, adubos, agrotóxicos, maquinários e assistência técnica, fazendo com que a lógica de funcionamento do território se alinhe aos seus interesses. Os assentamentos locais de reforma agrária e de crédito fundiário não estão isentos desta relação. A existência desta integração da agricultura familiar aos mercados convencionais (SCHNEIDER, 2016) está dada, e não apenas no Sudoeste Paulista. E as resistências, ou contrapontos, surgem dos próprios assentamentos, neste caso, no Assentamento Pirituba II.

A ida ao Pirituba II - para a realização de entrevistas sobre o CONSAD Sudoeste Paulista e sobre os programas federais de desenvolvimento territorial – foi justamente em uma tarde em que ocorrera um mutirão agroecológico em um dos lotes. Participar deste mutirão fez parte, inclusive, do roteiro de entrevistas. No mutirão em questão, iniciou-se a plantação de barreiras

² Em função da arrecadação com o IPVA (Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores), do qual 50% é destinado ao município em que o veículo foi emplacado.

naturais para proteger as áreas de plantio agroecológico das áreas convencionais: “Aqui [local do mutirão] a ideia é, conforme fala a legislação [de certificação orgânica], fazer três linhas de vegetação, uma mais alta que a outra, para proteger da pulverização de agrotóxico do vizinho” (L.R; Pesquisa de campo, 2019).

Diante das monoculturas (de milho e, por ser inverno, trigo) e do intenso uso de agrotóxicos e adubos minerais, as experiências de produção a base agroecológica são, em demasia, desafiadoras e incipientes. No Pirituba II, a associação de produtores agroecológicos foi recentemente criada e está em fase inicial de transição. Inclusive, nos lotes de alguns dos associados coexistem áreas convencionais com áreas em transição agroecológica. Neste processo, os mutirões e as trocas de experiências “camponês-a-camponês” são fundamentais. Mesmo em passos iniciais, essas resistências já têm mostrado resultados, por exemplo, no fornecimento de alimentos isentos de agrotóxicos para a merenda escolar e para demais mercados institucionais de Itaberá e municípios próximos.

Fotografia 2: Sítio cercado pela palhada da lavoura anterior, município de Itaberá.



Foto: Antunes Junior, 2019.

O caso de Ribeirão Branco e de Ribeirão Grande

Se em Riversul e Itaberá os conflitos têm como destaque a relação entre membros de movimentos sociais e agentes do agronegócio, em Ribeirão Branco e Ribeirão Grande o

enfrentamento tem como principal protagonismo o sindicalismo rural. Sobretudo na trajetória de Ribeirão Branco, em que o sindicato dos trabalhadores rurais teve (e ainda tem) um papel fundamental no combate ao trabalho em condições precárias e aos casos de trabalho análogo à escravidão: “Era comum, até pouco tempo atrás, famílias inteiras indo trabalhar na lavoura [de tomate], em que crianças misturavam a calda [de agrotóxico] com o braço” (J.F; Pesquisa de campo, 2019). Na década de 1990 e início dos anos 2000, ainda era comum, em fazendas produtoras de tomate, trabalhadores rurais trocarem a força de trabalho por comida ou por produtos fornecidos pelo armazém do próprio estabelecimento rural. Foi, portanto, através das ações organizadas pelo sindicato local que essas situações chegaram à grande imprensa e ao Ministério Público do Trabalho, os quais passaram a denunciar e a enfrentar esses casos³.

Além do mais, o sindicalismo rural em Ribeirão Branco tem uma expressiva atuação na política institucional, elegendo representantes para o legislativo e para o executivo municipal. Entre suas pautas: a busca por melhores condições de trabalho, principalmente nas plantações de tomate, onde os casos de contaminação por agrotóxicos são recorrentes: “É comum, por aqui, ônibus da [Secretaria de] saúde saírem lotados [com destino ao tratamento] com trabalhadores intoxicados” (J.F; Pesquisa de campo, 2019); ações para a permanência do jovem no campo; ações para educação e saúde no campo, entre outras. Nesse sentido, as relações de poder são travadas com os grupos políticos que representam os interesses dos grandes fazendeiros e dos setores da silvicultura.

³ANDRADE, P. Pobreza cresce em Fartura e na vizinha Ribeirão Branco, SP. **Folha de São Paulo**. 1999. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc08089915.htm> >

Fotografia 3: População reunida ao pé da igreja matriz, município de Ribeirão Branco.



Foto: Antunes Junior, 2019.

No que tange à Ribeirão Grande, é importante comentar as articulações e as ações promovidas na área de assistência social. Grupos de atores locais, através do poder público municipal, têm experimentado algumas estratégias inovadoras para a segurança alimentar e para a melhoria dos serviços de saúde às populações mais pobres. Para isso, em vez de fixarem os médicos do Programa Mais Médicos, do governo federal, em consultórios, foram realizadas capacitações de agentes comunitários que, junto aos médicos, percorrem os diferentes bairros do município, oferecendo consultas personalizadas, que também abrangem questões de alimentação e de produção de alimentos.

Fotografia 4: Cidade vista pelo alto do morro, município de Ribeirão Grande.



Foto: Antunes Junior, 2019

4) Considerações Finais

Ao passo que este trabalho apresenta os elementos que moldam a dinâmica territorial do Sudoeste Paulista, é possível, também, esboçar uma reflexão acerca da questão agrária brasileira. Isto é, para além dos fatores específicos ao território em questão, cabe observar que a maneira como as terras brasileiras foram, historicamente, ocupadas e apropriadas reflete, até os dias atuais, em disputas, conflitos e em relações assimétricas de poder. No campo brasileiro coexistem – de forma turbulenta – diferentes projetos e anseios em relação ao uso da terra, como bem mostram os exemplos de Riversul, Itaberá e Ribeirão Branco.

A partir dos casos que foram abordados, pode-se dizer que cada município do território Sudoeste Paulista possui conflitos e relações de poder que são particulares, mas que seguem uma lógica bastante parecida. Ou seja, que têm como elementos condutores a questão fundiária, o avanço das monoculturas (soja, pinus, eucalipto ou tomate) e a territorialização do agronegócio, que, juntos, compõem as principais temáticas a serem debatidas.

Os enfrentamentos e as construções de resistências se desenham, nos diferentes pontos do território, cada um à sua maneira, exercendo suas próprias articulações e suas próprias

representações. Isso, por sua vez, contribui na formação de uma identidade territorial, que se dá na autoafirmação de um território complexo, multifacetado e permeado por conflitos. Diante dos desafios postos por essa conjuntura, bem como pelas desigualdades sociais existentes no Sudoeste Paulista, compete aos diferentes atores locais, através de suas organizações e entidades, articularem uma agenda que, além de discutir as barreiras supracitadas, busque o desenvolvimento do território.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. R. **Os Tupi Guarani de Barão de Antonina-SP: migração, território e identidade.** 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

BOMBARDI, L. M. **Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária: A Lei de Revisão Agrária em São Paulo.** 2005. 823 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CORRÊA, D. S. **Paisagens Sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930).** Londrina: Eduel, 2013.

FACHINI, C.; MARIUZZO, P.; MUNDET-CERDAN, L. **O Roteiro Do Milho: a construção do turismo gastronômico no Vale do Paranapanema – SP.** In: LAVANDOSKI, J.; BRAMBILLA, A.; VANZELLA, E. Alimentação e cultura: Alimentação e Turismo: oferta e segmentos turísticos. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

MARQUES, S. C. Espaço de resistência e trocas culturais no meio rural brasileiro: Apontamentos sobre o quilombo do Jaó. **Revista de Arqueologia**, p. 217-234, 2014.

MATHEUS, D. **Análise da relação da política dos territórios da cidadania e a ação do capital no campo: o caso do território da cidadania do Sudoeste Paulista.** 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita

Filho" (UNESP), São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/148854>>. Acesso em: 09 maio 2018.

MATHEUS, F. A.; FELICIANO, C. A. Ciência, Terra e Poder: Uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista. **REVISTA NERA**, v. 21, n. 45, p. 94-121, 2018.

PETRONE, M. T. S. O afluxo de gado à Sorocaba e a importância econômica do caminho do Sul na década da independência. **Revista de História**, v. 46, n. 94, p. 383-406, 1973. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1973.131998>> Acesso em: 19 de setembro 2018.

PORTO, J. R. S. Projetos políticos de desenvolvimento territorial: territorialidades, significados e o campo de disputas no Sudoeste Paulista. **Revista Ideias**. Interfaces em desenvolvimento, agricultura e sociedade, v.8, n.1, 2014. p. 8-61.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, A. T. Sobre a Luta, as Políticas Públicas e a Emancipação: o caso do Projeto de Assentamento Pirituba II, em Itaberá e Itapeva–SP. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 114-142, 2013.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2007.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Ufrgs, 2016. Cap. 4. p. 93-136.